

\

A Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro: um empresariado entre dois continentes *

Alda Mourão**

O movimento associativo

As primeiras décadas do século XIX conheceram o crescendo do associativismo. Em Portugal, como nos países cujo modelo económico evoluía, à semelhança do registado na Europa Ocidental, já antes se sentira a necessidade em criar estruturas que congregassem diferentes sectores da vida nacional. Se o final do século XVIII assistira ao despontar deste movimento, que se revelou no âmbito científico, a revolução de 1820 criou as condições para que se acentuassem os debates, decorrentes de uma nova mentalidade. Esta fora-se formando, internamente, através da Universidade de Coimbra e daqueles que regressavam ao país, dando a conhecer realidades associativas concretizadas na Europa mais evoluída¹.

Como sector económico à procura das vantagens criadas pela conjuntura liberal, o comércio iniciou as primeiras experiências associativas. Assim, logo em 1834, Porto e Lisboa assistiram à criação das suas Associações Comerciais². Nos anos seguintes, será a vez das cidades insulares de Ponta Delgada e Funchal. Setúbal acompanhou este movimento, demonstrando a vitalidade gerada, pelo acesso à via marítima. Por seu lado, o sector industrial tentava reagir à perda que gravemente o atingira, com a abolição das organizações de tipo corporativo. O curto período setembrista foi sensível a esta situação, pela política industrialista, que defendia, e que a extinção da Casa dos Vinte e Quatro

* Este texto decorre da primeira parte de um estudo mais alargado sobre a Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro (CPCI – RJ). A investigação resulta da celebração de um protocolo estabelecido entre a Câmara e o Centro de Estudos Interdisciplinares do século XX (Ceis20), da Universidade de Coimbra. Conta com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, em 2006, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria, para além da CPCI e do Ceis20.

** Doutorada em História. Docente na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, do Instituto Politécnico de Leiria. Investigadora do Centro de Estudos Interdisciplinares do século XX (Ceis20), da Universidade de Coimbra.

¹ Sobre a nova *intelligentsia* que interveio no desenvolvimento associativo, vide Ana Maria C. Matos, "Sociedades e Associações Industriais Oitocentistas: projectos e acções de divulgação técnica e incentivos à actividade empresarial", *Análise Social*, vol. XXXI, nº136-137, 1996, p.397-398.

² Relativamente à Associação Comercial do Porto, os seus primeiros dez anos de vida, foram analisados por Maria de Fátima Bonifácio, "A Associação Comercial do Porto no contexto político-económico nortenho e nacional", *Análise Social*, vol.XXII (91), de 1986, p.331-367. Ainda entre as primeiras experiências, contou-se com a criação da Associação Artista e Industrial da Cidade do Porto, em 1838. Cfr. Jorge F. Alves, "O emergir das associações industriais no Porto (meados do século XIX)", *Análise Social*, nº 136-137, p.529.

possibilitava³. Foi criada, em Lisboa, a Associação Industrial Portuguesa, em 1837, que enveredou por uma prática de divulgação do sector, através da organização de exposições industriais. Poucos anos mais tarde, em 1849, os industriais portugueses reagem e fundam a sua Associação⁴.

No Brasil, num movimento que se iniciou no Rio de Janeiro, os empresários de origem portuguesa organizaram-se, no sentido de criarem uma estrutura semelhante. Foi notório o protagonismo assumido pelos comerciantes. Sancionava-se a ideia de que a classe comercial era a que melhor compreendia o princípio do associativismo⁵. As razões, vamos buscá-las ao facto de ser numerosa, de integrar um sector em constante (re)organização, de sofrer, de forma mais imediata, o impacto das flutuações dos mercados internacionais. Acresce, a tudo isto, o facto de se tratar de uma comunidade imigrante, cujo país de origem se apresentava como o 6º, entre os países exportadores para o Brasil, em 1912, “ e eram os principais fornecedores de géneros alimentícios básicos, tais como feijão, bacalhau, azeites, vinhos, vegetais e milho, bem como de tecidos da manufactura portuguesa e matéria-prima”, nas palavras de Eulália Lobo (2001:33). Como a generalidade das associações, as que congregam interesses profissionais representam também uma *comunidade de interesses*⁶, patente nos seus Estatutos e na sua prática filantrópica, social. A Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro combinava estes interesses com a partilha da origem territorial, a distância dos corredores de decisão dos governantes portugueses, a necessidade de dialogar com os órgãos do poder brasileiro.

1. A fundação da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria

1.1 Preparação

No dia 16 de Setembro de 1911 foi publicado o Decreto que criava a CPCI, como resposta dada pelo Governo português ao movimento dirigido por um grupo de empresários portugueses que se haviam reunido à volta da ideia de fundar uma estrutura que defendesse os seus interesses, no Rio de Janeiro⁷. O poder político criara, mas na realidade ainda não existia tal estrutura. O que significava que os esforços se redobram nos meses seguintes,

³ José M. Amado Mendes, "Evolução da economia portuguesa", in *História de Portugal* (dir. J. Mattoso), vol. V, defende esta mesma relação, entre um desenvolvimento, que se preparava, e uma estrutura secular, que expirava.

⁴ Crf, J. M. Brandão de Brito, “Associação Industrial Portuense”, *Dicionário do Estado Novo*, Círculo de Leitores, vol.1, pp.75-76.

⁵ Cfr. Costa Goodolphim, *A Associação. História e desenvolvimento das associações portuguesas*. Lisboa, 1879.

⁶ Émile Durkheim, *A Divisão do Trabalho Social*, vol. I, Lisboa, Editorial Presença, (1893), 1989, p.19.

⁷ O Decreto era assinado pelo Presidente da muito jovem República, Manuel de Arriaga, e pelo Ministro do Fomento, Sidónio Pais. Aprovava, em simultâneo, os Estatutos da Câmara, que constavam em anexo ao texto legal.

no sentido de concretizar o que estava consignado na lei. Verificou-se uma mobilização de vontades, organizadas em Comissão, para conseguir uma lista de negociantes que, em Outubro seguinte, foi entregue na Repartição do Comércio da, então, capital do Brasil⁸. Entre as firmas que se apresentaram a assinar essa manifestação de intenções, constavam nomes de algumas já bem instaladas na praça comercial carioca⁹. Em Dezembro, com o estabelecer de contactos em Lisboa, junto de algumas personalidades influentes no novo regime, o movimento actuava do lado de cá do Atlântico. Pretendia-se sensibilizar os dirigentes políticos da importância desta iniciativa, face aos interesses económicos em causa e à dimensão da colónia portuguesa no Rio de Janeiro¹⁰.

O grupo contou com o grande apoio do Consulado Geral de Portugal que, claramente, mostrava ser a ligação entre o governo português, recém-eleito, e os interesses económicos da comunidade imigrante. Em Janeiro de 1912, reuniu a Comissão Organizadora da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro com o Cônsul Geral em exercício, Filipe de Sousa Belford¹¹. O principal tema em agenda dizia respeito ao financiamento da Câmara. Partia-se do cálculo de um orçamento anual, que incluía o aluguer de instalações, pagamento a funcionários, material de expediente e publicação trimestral (Boletim); viria a orçar 45.800\$000. Esta verba era aliviada em 12 contos de reis, provenientes da anuidade dos 200 sócios previstos¹². No final, restava o valor que era pedido ao Estado Português, para a fase de instalação: 33.800\$000.

Nos meses seguintes, as diligências desenvolvem-se, no sentido de permitir que efectivamente entrasse em actividade a primeira das Câmaras Portuguesas de Comércio e Indústria, não só no Brasil, como no resto do mundo¹³. Era evidente que para a jovem República Portuguesa, estas associações eram estruturas prestigiantes para a sua própria afirmação no estrangeiro. O significado do momento da sua criação ganha maior relevo por antecipar as suas congéneres, na praça do Rio de Janeiro: lembramos a Câmara Alemã, de 1918, e a Câmara Italiana, fundada em 1950.

⁸ Em 17 de Outubro de 1911, tinha sido apresentada, na Repartição do Comércio, do Ministério do Fomento, uma lista de “Firmas signatárias para requerer a constituição de uma Câmara de Comércio no Rio de Janeiro”, onde constavam 45 assinaturas (CPCI – Documentação Avulsa).

⁹ A título de exemplo, pela importância que ainda hoje mantém, registamos Lebrão & C^a, firma proprietária da famosa Pastelaria Colombo.

¹⁰ Estes encontros, que juntaram Eusébio Leão e Serafim Clare, ocorreram no início do mês de Dezembro, de 1911, aquando da estadia deste último em Portugal, apresentando-se como representante do movimento. *Acta da reunião da Comissão Organizadora da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro*, de 17 de Janeiro de 1912 (CPCI – Documentação Avulsa).

¹¹ *Acta da reunião da Comissão ...*, de 17 de Janeiro de 1912 (CPCI – Documentação Avulsa).

¹² Tomando em consideração as folhas de assinatura, que correram aquando da sessão de instalação da Câmara Portuguesa, em 10 de Agosto, o número de potenciais sócios era de 115. Pouco depois da fundação, já contavam com uma lista de 286 sócios. (CPCI – Documentação Avulsa).

¹³ Cfr. Heloisa Paulo, “Entre republicanos e conservadores: a Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro”, *Estudos do Século XX*, nº 4, 2004, pp.369-390. Em Paris, seria criada em 1918.

Finalmente, no dia 10 de Agosto teve lugar a sessão solene que marcou o início das actividades da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro. Foi presidida por Bernardino Machado, futuro Presidente da República, como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário no Brasil.

1.2 Criação: estatutos e práticas

Os primeiros anos de vida da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro ficaram registados no *Relatório do Conselho Director*, de 1916¹⁴, a que se associam as publicações próprias, as actas das reuniões da direcção, as fichas de matrícula de sócios¹⁵.

No período imediatamente anterior ao seu “nascimento”, tinham-se redigido os primeiros Estatutos, com uma grande participação do Cônsul Geral, Dr. Fernando Costa, o que demonstrava as ligações que, desde então, se estabeleceram entre a Câmara e a representação do Governo Português, no Brasil. Ao longo dos anos, estas relações estarão bem patentes na vida da associação.

Dos objectivos que pautavam a vida da Câmara, e que passavam por: “defender e promover as relações comerciais e industriais entre Portugal e o Brasil; representar e defender os interesses das classes que a compõem”, era definido estatutariamente que ela estava “em relações com o Governo Português, directamente com todos os ministérios e, indirectamente, por meio das autoridades diplomáticas e consulares”. É muito claro o interesse manifestado pelo nosso governo republicano no que se passava na vida económica da sua ex-colónia. E um grande argumento poderá ser encontrado na longa estadia, no Rio de Janeiro, de Bernardino Machado, a acompanhar o lançamento da CPCI, tendo sido o dinamizador da primeira sessão do Conselho Director, que teve lugar em 26 de Outubro, passados mais de 2 meses da sua primeira intervenção¹⁶. Coube, ao estadista, apresentar o estudo da linha de navegação a estabelecer entre Portugal e o Brasil. Este era, aliás, um dos grandes problemas de toda a comunidade portuguesa e que se manterá ao longo dos anos,

¹⁴ *Relatório do Conselho Director apresentado à Assembleia-geral em sessão de 27 de Janeiro de 1916. Gerência de 10 de Agosto de 1912 a 31 de Dezembro de 1915*, CPCIRJ, Rio de Janeiro, 1916.

¹⁵ Como publicação periódica, temos o *Boletim*, mensal, cujo 1º número foi publicado em Janeiro de 1913. Era de distribuição gratuita entre os sócios. Por seu lado, também as actas das reuniões de direcção retrataram, sempre sumariamente, as diferentes fases da vida da CPCI. Os *Relatórios do Conselho Director* constituem um outro fundo de informação, para além da documentação avulsa disponibilizada pela actual direcção da CPCI – RJ.

¹⁶ Sobre esta presença, *O Relatório* acrescenta: “ Sua Excelência não se limitou apenas a instalar a nossa Câmara. Amparou-a por assim dizer nos seus primeiros passos vacilantes. Espontaneamente se instituiu seu mentor, guiando-a nos menores actos. Deu-lhe vitalidade e elevou-a no conceito das sociedades congêneres da metrópole” (*op.cit.*, p.15)

pela falta de resposta do lado português e pela oferta desenvolvida por alguns países europeus.

No período em análise, a intervenção da Câmara acompanhou os interesses que se iam desenhando na vida dos associados. Apresentado já o maior dos problemas sentidos, as ligações marítimas com Portugal, outros se foram colocando a começar pela violação das mercadorias chegadas ao porto da cidade, principalmente quando em causa estavam os vinhos portugueses. Ligado a este produto, os comerciantes pediram a intervenção da CPCI quando se concretizou a aplicação da lei que previa o aumento do imposto de consumo para vinhos estrangeiros, logo em Outubro de 1912. Foi uma primeira prova colocada às capacidades negociadoras da nova associação. Que ganhou, colocando os vinhos portugueses beneficiários da suspensão da medida. Seguir-se-á a organização de exposições de produtos portugueses, a organização e a participação em eventos culturais, quer brasileiros, quer portugueses, a angariação de fundos para a construção de monumentos considerados identitários da nossa cultura, como a Luís de Camões e a Eça de Queirós. O lado filantrópico também esteve presente, principalmente em benefício dos “patrícios” indigentes, impossibilitados de regressar a Portugal¹⁷.

Deixaremos para uma próxima oportunidade a análise mais exaustiva do que foi a prática da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria, em prol dos interesses dos seus associados, bem como da rede de relações que estabeleceu com as restantes associações portuguesas e brasileiras¹⁸.

2. Os primeiros anos de vida

2.1 Sede

Um dos símbolos de estatuto e de poder mais ambicionados por qualquer associação, sem dúvida, é possuir uma sede própria. Hoje ocupa instalações que lhe conferem a dignidade de estrutura representativa dos empresários portugueses, no edifício da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), bem no centro económico da cidade, desde 2005.

¹⁷ O ano de 1914 foi particularmente sensível a esta situação. A véspera da I Grande Guerra precipitou a entrada “desacautelada”, no Brasil, de imigrantes portugueses, que erravam pela cidade do Rio de Janeiro à procura da ocupação que não encontravam. O Consulado manifestou incapacidade financeira para proceder à sua “repatriação”. A CPCI decidiu abrir uma subscrição pública que rendeu cerca de 8 contos de reis. *Relatório do Conselho Director... Relatório do Conselho Director*, pp. 42-44.

¹⁸ Lembramos que este texto reflecte uma abordagem inicial ao tema em desenvolvimento. Para além do alargamento temporal, em causa está a análise de dados já identificados. É nosso propósito analisar as relações da CPCI com a Associação Comercial do Rio de Janeiro, que começou por ceder um espaço para que a CPCI se instalasse.

Para trás, ficou um elenco de espaços, nem sempre compatíveis com a respeitabilidade desejada. Em 1955, através do manuscrito do discurso a proferir no dia de aniversário da CPCI, certamente da responsabilidade de um seu dirigente¹⁹, lembravam-se os primeiros tempo:

“A Câmara foi instalada numa sala, aliás sem conforto algum, da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Posteriormente se mudou para as salas 21 e 22 do 2º andar do *Jornal do Comércio* e a seguir para um óptimo salão localizado no 3º andar do mesmo edifício, onde ficou até que, em 8 de Setembro de 1923, fomos, juntamente com o Consulado Geral de Portugal, parar ao 1º andar do Liceu de Artes e Ofícios, com frente para a Avenida Rio Branco. Em 26 de Janeiro de 1931, mudámos para o [Real] Gabinete Português de Leitura, de onde viemos para esta sede, em 15 de Fevereiro de 1949.” As novas instalações situavam-se no 14º andar do nº 463, da Avenida Presidente Vargas, como regista o *Relatório da Directoria, 1949-1950*²⁰.

A sucessão de “sedes”, que acaba de ser descrita, pode conduzir a um outro conjunto de fenómenos, decorrentes do evoluir da vida da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria, do Rio de Janeiro, a que devermos estar atentos²¹. Nesta fase da investigação, limitamo-nos a registar a ocorrência.

2.2 Documentação

Tal como Heloisa Paulo referiu no primeiro estudo realizado sobre a Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria, do Rio de Janeiro (2004:371-372), a documentação que nos permite acompanhar a sua evolução foi a que sobreviveu às várias mudanças de instalação, bem como a um incêndio que deflagrou na sede, em 1976. O conjunto de livros, publicações e documentos avulso mais antigos, encontra-se hoje resguardado em alguns armários, compartilhando o espaço com documentação mais recente, na sala de trabalho, no edifício da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN). Os órgãos directivos dos últimos anos têm vindo a demonstrar uma maior sensibilidade para a

¹⁹ Trata-se de um texto dactilografado, corrigido à mão, que faz um historial da CPCI, no dia dos seus 43 anos. Não foi possível identificar o autor, por não se encontrar um texto assinado ou publicado no *Boletim*. (CPCI – Documentação Avulsa).

²⁰ Por este *Relatório* ainda ficamos a saber um pouco mais: mudaram, depois “ dos pedidos que, insistentemente, lhe eram feitos para a desocupação do salão que o Real Gabinete precisava”.

²¹ Podemos acrescentar que, de forma ainda avulsa, ressaltam indícios a que se deve dar toda a atenção, decorrentes do momento político em que são produzidos. Refiro-me, por exemplo, a alguns dos discursos proferidos aquando do aniversário da CPCI. Na passagem dos 50 anos, fora notório o tom crítico utilizado para caracterizar os primeiros anos da associação, que terá inflectido, positivamente no entender do orador, em 1931. Em 1982, o então presidente registava a apatia da associação em períodos mais recuados, que fizera “chegar o intercâmbio comercial luso-brasileiro a índices inexpressivos, ao mesmo tempo que só, muito eventualmente, passava a ser procurada a Câmara quase só para resolver problemas das irregularidades no transporte da castanha”.

preservação do seu património, facilitando o acesso a investigadores portugueses e brasileiros.

Do acervo disponível, destacamos as fichas preenchidas pelos associados, sob proposta de um sócio mais antigo, posteriormente apresentadas e aprovadas em reunião de direcção. Verifica-se, com dados disponíveis a partir de 1919, que os dias que antecediam a reunião de direcção, registava uma grande azáfama no preenchimento de propostas. O maior número de adesões de novos sócios ocorria, exactamente na semana anterior à data da reunião. Recrutar novos associados, em qualquer momento, constituía sempre um motivo de orgulho, para o proponente, e de elogios por parte dos órgãos directores.

Verificava-se a frequente similitude de ocupação profissional entre os novos sócios propostos e os antigos sócios proponentes, o que apontava para o estreitamento de relações de proximidade de interesses.

Para uma melhor compreensão dos motivos que trazem os empresários-imigrantes à CPCI, seria fundamental conhecer o tempo que mediava entre a sua chegada ao Brasil e a sua inscrição. Tal não será possível, à excepção de um ou outro individuo que possamos acompanhar, a partir do momento em que requereu o seu passaporte ao respectivo Governo Civil, em Portugal.

Até 1930, não se verificou alteração no modelo de ficha de novo sócio, situando-se em 1935 a introdução de algumas mudanças. É muito rica a informação que se pode retirar destes documentos, uma vez que recolhem, para além do nome, idade e naturalidade do individuo, dados relativos à sua profissão, ao negócio que vai desenvolver e à localização do seu estabelecimento. O preenchimento era feito, quase sempre, pelo próprio candidato, manifestando-se, de imediato, o domínio de escrita que possuía; nalguns casos, também se verificou a existência de um outro interveniente no processo, eventualmente algum colaborador/funcionário ou membro da direcção. Infelizmente para o investigador, registou-se diversidade de critério no que respeita ao preenchimento de fichas, nem sempre esgotando a informação prevista no impresso.

Identificámos 1061 sócios, entre 1916, ano em que se inicia a série, e 1930 (último ano considerado neste estudo), a que corresponde um número médio anual, de 70.7 admissões²². A sua distribuição apresentou, ao longo destes 15 anos, movimentos que podem ser interpretados à luz da vida política e económica do país. Foram particularmente

²² Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, entre 1901 e 1930, entraram no Brasil 754.147 imigrantes portugueses, com uma média anual de 25.138. Cfr. *Brasil: 500 anos de povoamento*, Rio de Janeiro (IBGE), 2000. Sobre imigração portuguesa, são obrigatórios os estudos de Eulália Lobo, de que se ressalta *Imigração Portuguesa no Brasil*, 2001. Perante o fenómeno da imigração, sentimos a perda de um dado importante sobre os sócios analisados: a data de entrada no Brasil.

sensíveis os anos de 1916, 1923, 1927 e 1929, ao acompanharem os valores mais significativos de admissão de novos sócios (**Quadro 1**). Se o primeiro deles encontra na motivação inicial, gerada entre a comunidade portuguesa que se empenhou na criação da associação, a justificação para as 235 inscrições, correspondendo a 22,1% da totalidade dos sócios de todo o período analisado, os anos seguintes já acompanharam, por certo, as dificuldades vividas. Em 1923, Portugal continuava a sentir os efeitos da crise económica que, internacionalmente, culminou os anos que se seguiram à guerra de 1914-1918; como demonstram os trabalhos de Pedro Lains e de Jaime Reis²³; o país começara a apresentar valores de crescimento industrial assinaláveis, fruto da conquista de alguns mercados, através do aumento das exportações de vinho, de conservas de peixe, de cortiça, de têxteis de algodão. No entanto, a dívida pública continuava a aumentar, a balança comercial mantinha-se deficitária, o Estado debatia-se com o aumento da despesa pública, a moeda, depois do ciclo de desvalorização tendia a estabilizar. A emigração mantinha valores elevados. Neste contexto, o fluxo de imigrantes portugueses que chegavam ao Rio de Janeiro alimentava a procura de estruturas já organizadas por “patrícios”, nomeadamente da CPCI. Os valores de associados nos anos de 1927 e de 1929, para além de justificarem a busca de uma vida melhor do que aquela que o país oferecia, podem apontar para um reforço de politização da vida da CPCI. Isto é, face ao desaire sofrido pela República, em 28 de Maio de 1926, a associação que sempre mostrara a sua filiação ao regime, via-se agora a necessitar de encontrar um rumo. Por outro lado, a nova situação política que era vivida em Portugal, a ditadura militar, preparatória de um regime totalitário, necessitava de criar apoios entre as comunidades de emigrados. O que significa que o estudo dos anos seguintes da vida da CPCI será fundamental para percebermos as estratégias que republicanos e anti republicanos aqui utilizaram.

3. O quadro social

3.1 Características

Os Estatutos da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria, do Rio de Janeiro, no seu capítulo 8, relativo aos fundos, indicavam como principal fonte de receita as quotas dos sócios. A elas juntavam-se os donativos, os rendimentos dos seus capitais, o produto das vendas do *Boletim* e, finalmente, quaisquer rendas ou benefícios. Não é, portanto, de estranhar que, desde a fase preparatória da constituição da associação, se desse uma grande importância à captação de associados, atitude que se manterá até à actualidade.

²³ Lembramos, entre outros, de P. Lains e A.F. Silva (org), *História Económica de Portugal*, Vol.III, ICS.

Como se compunha o quadro social da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria, do Rio de Janeiro? De imediato, poderemos dizer: portugueses²⁴, que se apresentavam, na grande maioria dos casos, com idades compreendidas entre os 26 e os 45 anos (72,5%). Acompanhando as características do movimento de emigração de Portugal para o Brasil, a que se associava uma menor capacidade de investimento e espírito empreendedor, os mais jovens, entre os 19 e os 25 anos, constituíam o grupo menos representado, no período que decorre entre 1916 e 1930 (**Quadro 2**). Já numa fase mais tardia da vida activa, também os empresários-imigrantes iniciavam um movimento de menor procura, a partir dos 46 anos com um claro desinteresse após os 56 anos (1,3%). A partir de meados da década de 1930, aumentará, consideravelmente, o número de brasileiros que se tornam sócios da CPCI. Mais não são do que a 2ª geração de imigração, nascida já no Brasil.

Sobre a naturalidade dos homens que deixaram Portugal, para se estabelecer, como empresários, na praça do Rio de Janeiro, poderemos dizer que chegaram de todo o país, de norte a sul, sem esquecer os arquipélagos da Madeira e dos Açores, e mesmo as colónias africanas (Angola e Cabo Verde). Lisboa e Porto, como cidades demograficamente distintas, que geravam ambientes de empreendedorismo mais contagiantes, cederam os contingentes de emigrantes mais numerosos (**Quadro 3**). Os associados da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria, do Rio de Janeiro, pertenciam, sem dúvida, a um grupo mais restrito de imigrantes, com experiências de vida do mundo urbano, que não correspondiam a algumas características-tipo, como a expressa, ainda recentemente, por Robertha Triches (2007:4): “Vinham principalmente das regiões interioranas e pobres do norte de Portugal, com destaque para Minho, Douro, Beira Alta e Trás-os-montes”.

Trabalhando dados mais agregados, sobre a origem dos associados da CPCI, poderemos acrescentar que o movimento da emigração se fez sentir, particularmente, nos distritos do Norte (53,6%) tal como se pode constatar através, não só da lista constituída pelas localidades identificadas como naturalidade de mais do que uma dezena de candidatos a sócio, mas também pelo quadro organizado por distritos (**Quadro 4**), bem como pela tabela representativa da repartição do país, por zonas (**Quadro 5**). Esta perspectiva, organizada à escala dos distritos, mostra que os associados da CPCI, entre 1916 e 1930, acompanhavam as características do movimento da emigração portuguesa, rumo ao Brasil. A população da região a Sul da linha do Tejo não mostrava propensão para procurar novos destinos de vida, com apenas 16 portugueses oriundos desta zona, representando não mais do que 2,6% dos associados.

²⁴ Dos 784 sócios que identificaram o país de origem, só 1 tinha nascido no Brasil, em Obirui. O seu nome, António Fernandes dos Santos, permite-nos pensar numa 2ª geração de imigração portuguesa.

A estabilidade familiar era um dos valores a preservar, na procura de uma mais perfeita integração na sociedade de acolhimento. A documentação da CPCI não permite, obviamente, conhecer o modelo de casamento dos nossos empresários, fixados no Rio de Janeiro. Isto é, desconhecemos se a sua escolha recaía preferencialmente sobre uma “patricia”, que atravessava o Atlântico para concretizar a criação de um lar, ou se ocorria um significativo encantamento pela mulher brasileira. Trabalho recente sobre a participação das comunidades imigrantes na vida económica e social do Rio de Janeiro, refere que no início do século XX a relação era de 319 imigrantes portugueses para cada 100 portuguesas que aqui chegavam²⁵. Continuamos, sem dúvida, a conhecer um grupo de portugueses que obedeciam a lógicas de imigração algo distintas, face à posse de um capital inicial, de níveis de escolaridade variável, mas muito raramente ausente, que conduzia a “desvios” de comportamento, relativamente à maioria da comunidade.

De forma clara, sabemos, através da matrícula de sócios após 1930, que há uma 2ª geração de empresários-imigrantes que vai optar pela dupla nacionalidade, em resultado do nascimento já no Brasil, do cruzamento com naturais do país e, não podemos esquecer, da salvaguarda dos interesses empresariais, melhor resguardados na situação de “cidadão nacionalizado brasileiro”, como passará a constar nas fichas de inscrição. Neste primeiro grupo de sócios analisados, 69% apresentava-se com o estado civil de casados.

A situação dos divorciados (2) era um pouco distinta da que ocorria em Portugal: a República, como Estado laico assumido, permitia, transitoriamente, a alteração da secular estabilidade familiar do catolicismo. A sociedade carioca apresentava-se, no período considerado, com um peso de valores tradicionais, onde era reprovado o “desvio” ao tranquilo evoluir do seu quotidiano. A sanção aplicava-se, principalmente, aos grupos de imigração. Cabia-lhes reproduzir as normas de convívio social.

3.2 Actividades económicas

No que diz respeito à profissão com que se apresentavam, não constituiu surpresa verificar que o sector comercial dominava o quadro social da associação, atingindo o valor de 73,9%, relativamente ao total dos sócios, como podemos verificar no **Quadro 6**. A este valor, contrapunha-se o de 8,4%, representado pelos industriais. O controlo do comércio, por parte dos portugueses, era enorme²⁶. O que fundamentou alguma “lusofobia”, por se tratar de um grupo coeso, que se abria aos artigos de importação portuguesa e à mão-de-

²⁵ Marco António Pamplona, *Revoltas, repúblicas e cidadania*, Record, Rio de Janeiro, 2003, p. 58.

²⁶ António Torres, jornalista, citado por Eulália Lobo (*op. cit.*, p. 35), aponta 85% como o espaço ocupado pelo comércio português no Distrito Federal do Rio de Janeiro., em 1923.

obra nacional, remetendo as poupanças para o seu país, por pretender regressar a ele, quando enriquecido²⁷.

O comércio na, então, capital do Estado brasileiro, apresentava-se a ocupar uma diversificada gama de estabelecimentos, desde os mais especializados em livros, jóias, perfumes, tabaco, tapetes, louças, artigos em couro, chapéus, calçado, camisas, até, exactamente, aos que apresentavam múltipla oferta. Mas estava-se, claramente, num mercado de características urbanas, que tende para a especialização da oferta. Daí a grandeza deste tipo de estabelecimentos comerciais, que trouxe 34% dos sócios, como se pode verificar no **Quadro 7**. Escolheram, quase na totalidade, o Centro da cidade. Mantinha-se o princípio da organização do comércio em torno de estabelecimentos instalados em locais de acesso facilitado às populações, pela tradição, pelas características da malha urbana (plana, densamente ocupada e a irradiar para todas as zonas da cidade).

Mas continuava a verificar-se, ainda, o convívio entre formas de comércio inovadoras com outras mais tradicionais e arcaicas: quando se verificava a especialização da oferta, num mesmo espaço conviviam os mais distintos produtos, sob a máxima negocial da oferta ser tão diversa quanto a procura.

Destacamos, entre muitos exemplos possíveis, J. Bento Pinto que, em 1917, associava vidros, papéis pintados e uma componente de sapataria, na Avenida do Uruguai, em Niterói; ou a Raul Campos & C^a que, no centro do Rio de Janeiro, na Rua dos Ourives, oferecia móveis de vime, tapeçarias, calçados e artigos de aperto, 10 anos depois, em 1927. A profissão “comerciante”, que identificou um número tão considerável de sócios, cobria, assim, diferentes patamares de intervenção e de posicionamento no mercado.

A possibilidade de qualquer um poder abrir uma loja, desde que possuísse o capital inicial para o investimento, permitia a reprodução de um grupo laboral sem qualificação profissional específica. O sucesso empresarial ficava, quase inteiramente, à mercê do conjunto das qualidades de iniciativa, de vontade e de método de gestão do comerciante. Em parte, como dizia Francisco Correia, em 1920, a justificação para o êxito, ou para a sua ausência, residia no ter, ou não ter, sorte²⁸.

Beneficiando da facilidade de intervir no mercado exportador português, o negócio desenvolvido através de agências de representações e consignações, ou mais claramente de importação/exportação, foi muito representativo, na composição da CPCI: apresentaram-se 120 “agentes”, entre 1916 e 1930, correspondendo a 12,7% do corpo social. Ocupavam os andares dos prédios ocupados, ao nível da rua, com outro tipo de estabelecimento. Também

²⁷ Eulália Lobo, *ibidem*.

²⁸ Francisco Correia, *O problema comercial*, 8ª Conferência da série promovida pelo *Diário de Notícias*, p.10.

as agências preferiram o centro do Rio de Janeiro, até para possibilitar o relacionamento com os restantes comerciantes. Era ali o coração da vida económica da cidade.

Do lado de cá, em Portugal, a partir de 1920, e num movimento de adesão que vai ser mais significativo depois de 1930, deparamos com a necessidade de defender actividades de exportação para o Brasil, através de uma estrutura associativa como a Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria, do Rio de Janeiro. A área da exportação será a que mais frequentemente irá accionar a figura do *Sócio Correspondente*, prevista desde os primeiros Estatutos. Não são exclusivamente os vinhos que estão em causa, presentes através da Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal. Aliás, será mesmo a única empresa portuguesa do sector a entrar na associação, já em 1930, iniciando um caminho que outras empresas vinícolas também irão percorrer. Para uma sociedade urbana, em expansão económica, tornava-se igualmente interessante a presença de ourives nacionais, com capacidade para colocarem os seus produtos além-mar. Tratou-se das firmas de Reis Filho, Lda. e de Celestino da Mota Mesquita, de Celorico de Basto, que entram como sócios correspondentes, pela mão de um mesmo proponente, já instalado no comércio carioca. O mesmo se regista, para facilitar a circulação de conservas, fabricadas em Matosinhos, quando a firma Lopes Coelho Dias & C^a se associa, também, como correspondente, em 1921. No período em apreço, pode-se demonstrar que as empresas portuguesas, face a este baixo número de adesões, não tinham ainda procurado criar uma situação mais estável, num mercado longínquo, mas com grande apetência pelos produtos portugueses. Daí a presença numerosa de “agentes” locais, que promoviam a ponte entre os mercados dos dois lados do Atlântico.

No sentido de alcançar uma perspectiva sobre o conjunto das actividades desenvolvidas pelos sócios da CPCI, e em termos de uma primeira conclusão sobre esta matéria, organizámos os valores por diferentes tipos de Comércio e de Indústria, sintetizado nos **Quadros 8**. Assim, encontrámos imigrantes portugueses em todas as áreas da distribuição²⁹, atingindo 60,7% no conjunto dos sócios, que perfaziam 946 verificações. Constatámos, ainda, uma organização de mercado perfeitamente urbano, onde o comércio especializado detinha uma forte presença, nas ruas do Rio de Janeiro. Sobre a Indústria, diremos que os 108 sócios da CPCI eram portadores de uma tradição, que Eulália Lobo (2001: 31-34) refere para algumas das cidades mais importantes do Brasil. A autora identifica a produção de bens alimentares e de tecidos, como estando maioritariamente em

²⁹ Deparamos com valores assumidos em diferentes áreas, de um e outro sector, para que já havíamos sido alertados pelos trabalhos de Eulália Lobo, *op. cit.* Apurámos alguns valores menos coincidentes, mas que devem ser entendidos à luz de um contexto de associativismo.

mãos lusas, ainda no período em estudo. Não procuraram a Câmara Portuguesa na dimensão esperada, não tendo ultrapassado os 11,4% de presença, no conjunto dos associados.

3.3 Espaços

Os empresários-imigrantes portugueses, nestes primeiros anos de vida da CPCI, manifestaram uma preferência pela instalação no centro da cidade do Rio de Janeiro, como já vimos anteriormente. Desconhecemos o valor do espaço comercial numa zona, ainda hoje densamente povoada de estabelecimentos comerciais, de serviços e de assegurada clientela. As Ruas da Carioca, Uruguaiana, Quitanda, Acre; Alfândega, Ourives, Ouvidor, 1º de Março, constituíam, tal como ainda hoje, um grande centro comercial a céu aberto. A escolha de outras zonas da cidade, para iniciarem a descentralização, criando outros centros comerciais, foi um movimento que, apesar de pequena dimensão, se apresentou logo no primeiro dos anos em que temos o registo de sócios da Câmara. Tal movimento para as periferias, não significou uma procura de espaço para uma actividade mais especializada ou para uma diferente forma de intervir no mercado, como começámos por supor. Todas as iniciativas empresariais, apresentadas pelos portugueses que se tornavam sócios da CPCI, apresentavam características similares, em qualquer dos lugares onde surgiam instaladas.

Talvez uma excepção se possa identificar, no que respeita ao bairro da Tijuca. Nesta zona do Rio de Janeiro, contaram-se 12 novas inscrições, no período estudado; metade corresponde a empresários ligados ao sector industrial, nomeadamente na área do fabrico de calçado, de que se destaca a Ferreira, Souto & C^a, presente durante alguns anos nos espaços publicitários do *Boletim da CPCI*, que entra para o seu corpo social em 1922.

Na sequência deste estudo preliminar, pensamos analisar “vizinhanças”, decorrentes de potenciais redes de parentesco e de sociabilidade, criadas, estas últimas, sobre a partilha de uma origem geográfica comum ou do desenvolvimento de actividades afins.

Conclusão

No debate, antigo, mas ainda muito do interesse de várias áreas científicas, sobre a construção identitária da sociedade carioca, coloca-se o lugar do imigrante português. A óptica das abordagens acarreta extremos muito interessantes: desde a perspectiva do seu lugar inquestionável no desenvolvimento da economia e do espaço urbano do Rio de Janeiro, até à desconstrução do português-anedota, que conduz à ideia de atraso, de níveis de cultura e de escolaridade tão baixos que, facilmente, o remetem para os escalões mais baixos das categorias socioprofissionais, nos últimos anos do século XIX e nos primeiros

do XX³⁰. Numa sociedade que carregava o estigma de capital de antiga colónia, não deixariam de existir marcas de repulsa pelo passado. O Rio de Janeiro ansiava pela modernização, através dos modelos que chegavam de uma Europa, da qual Portugal não fazia parte. Os símbolos do progresso e da civilização iam de Inglaterra e de França.

No Rio de Janeiro, esse combate aos valores portugueses foi notório durante as Reformas Pereira Passos³¹, ocorridas entre 1903 e 1906. Segundo Luiz Edmundo, elas teriam sido responsáveis por “transformar em uma cidade moderna e digna a velha cidade portuguesa”, declarando “guerra aos bacalhoeiros (...), aos tamanqueiros (...), aos mestres-de-obras que constroem no estilo compoteira e outros autores do atraso colonial”³².

Este é, também, um traço da sociedade onde se instalou a Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria. Sem dúvida, que a dignificação dos nossos empresários-imigrantes passou pelo associativismo. Tratava-se de uma comunidade com características distintas, que lhe conferiam, logo à partida, um posicionamento económico notoriamente reconhecido. Pelo acervo fotográfico, aliado às secções noticiosas das suas publicações, podemos constatar que foi, também, criando espaços de sociabilidade para uma elite imigrante, à medida que se impunha numa rede de relações com as instâncias do poder (político, social, cultural). Ser sócio da CPCI significava ter um “ancoradouro”, socialmente reconhecido. Podia significar solidariedade e ajuda em tempos difíceis. Podia significar a partilha de um espaço e de uma identidade que prolongava o espaço português no Brasil.

Ao concluir, mais do que reflectir sobre os resultados a que foi possível chegar, nesta fase, interessa identificar um conjunto de informações que não foi possível mobilizar e que fomos reconhecendo, ao longo do texto. Sentimos a necessidade de conhecer a realidade empresarial do Brasil, no geral, e do Rio de Janeiro, em particular, de forma a compreender em pleno a actuação do sócio, como empresário, e da Câmara, enquanto associação de classe. Um outro dado importante decorre da informação respeitante a cada empresa ou iniciativa: capital investido, fonte de financiamento, tipo de sociedade, quando existe, dimensão, objecto, participação familiar, organização, “história de vida”, capacidade de inovação, estratégias de adequação ao mercado. A partir de 1935, um novo modelo de ficha de inscrição, passou a incluir dados relativos às empresas, mas esta vai ser utilizada durante um número reduzido de anos. No âmbito da criação de uma sociabilidade promovida pela

³⁰ Refiro, por exemplo, Robertha P. Triches, “*Identidades Contrastivas: a Inserção do Português na Primeira República*”, *História, imagem e narrativas*, n.º 5, 2007.

³¹ Vd. Maurício Abreu, *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*, ZAHAR, Rio de Janeiro, 1988.

³² Luiz Edmundo, *O Rio de Janeiro do meu tempo*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1957.

associação, também é importante conhecer espaços, mas igualmente estratégias para criar ou manter uma elite, entre a colónia portuguesa.

Finalmente, deverá ser analisada a forma como a Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro se relacionou com o poder, ou melhor, com os poderes. Quais as estratégias para ocupar o lugar de liderança na condução dos interesses económicos da colónia portuguesa, e dos associados, em particular? Quais as práticas de relacionamento com o governo português, até aos anos mais recentes?

Formou-se, entretanto, um novo desafio, para o qual tentaremos encontrar respostas: o de saber qual foi o papel desenvolvido pela Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria, do Rio de Janeiro, no sentido de contrariar alguma resistência, por parte de alguns sectores da sociedade carioca, face à comunidade imigrante

Fontes

Livros de Actas da Directoria (1912-1930)

Ficheiro de sócios (1916, como primeiro ano disponível -1930)

Livros de Diário de Contabilidade (1912 – 1927, como último ano disponível)

Relatório do Conselho Director (1912-1924, como último ano disponível)

Boletim Mensal da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro (nº1, Janeiro de 1919 – Fevereiro de 1931)

Correspondência avulsa

Bibliografia

ALVES, Jorge Fernandes – “ Os “brasileiros” da emigração no Norte de Portugal”, *Os “Brasileiros” da Emigração*, (coord. Jorge F. Alves), Câmara M. de Famalicão, 1999, pp. 233-247.

FREITAS FILHO, Almir Pita – “ A colónia portuguesa na composição empresarial da cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do XX”, *Os Lusíadas na aventura do Rio Moderno*, (org. Carlos Lessa), Editora Record, Rio de Janeiro, 2002, pp. 163-197.

FREITAS FILHO, Almir Pita - “Instituições, agentes sociais e desenvolvimento económico: Rio de Janeiro, 1890-1945”, *Estudos do Século XX*, “Empresas e Empresários”, nº4, 2004, pp. 115 -137.

FREITAS, Sónia Maria – *Presença Portuguesa em São Paulo*, Imprensa Oficial, São Paulo, 2006.

GERSON, Brasil – *História das Ruas do Rio de Janeiro*, Lacerda Editores, 5ª edição, 2000.

LESSA, Carlos – “Rio, uma cidade portuguesa?” *Os Lusíadas na aventura do Rio Moderno*, (org. Carlos Lessa), Editora Record, Rio de Janeiro, 2002, pp. 21-61.

LOBO, Eulália – *Imigração Portuguesa no Brasil*, Editora HUCITEC, S. Paulo, 2001.

MARICHAL, Carlos; TOPIK, Steven – “O estado e o crescimento económico na América Latina: Brasil e México, 1880-1920”, *História Económica e História de Empresas*, ABPHE, vol.VI, S. Paulo, 2003, pp. 7- 34.

MARTINHO, Francisco Carlos P. – “O imigrante português no mundo do trabalho, nos movimentos sociais e nas organizações sociais do Rio”, *Os Lusíadas na aventura do Rio Moderno*, (org. Carlos Lessa), Editora Record, Rio de Janeiro, 2002, pp. 199-240.

PAMPLONA, Marco António - *Revoltas, repúblicas e cidadania*, Record, Rio de Janeiro, 2003.

PAULO, Heloísa – “Entre republicanos e conservadores: a Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro”, *Estudos do Século XX*, “Empresas e Empresários”, nº4, 2004, pp. 369-390.

PEREIRA, Luiz Carlos B.- “ Empresários, suas origens e as interpretações do Brasil”, *História de Empresas e Desenvolvimento Económico*, (org. Tamás Szmrecsányi et al), USP, S. Paulo, 1994, pp. 143-164.

ROEDEL, Hiran – “Comunidade portuguesa na cidade do Rio de Janeiro no final do séc. XIX e início do XX”, *Os Lusíadas na aventura do Rio Moderno*, (org. Carlos Lessa), Editora Record, Rio de Janeiro, 2002, pp. 117-143.

SILVA; M^a Beatriz Nizza – *Documentos para a história da emigração portuguesa no Brasil (1850-1938)*, Editorial Nórdica, Rio de Janeiro, 1992.

ANEXOS

Quadro 1 – Distribuição de associados, por ano

Ano	Ocorrências	Percentagem (%)
1916	235	22,1
1917	74	7,0
1918	97	9,1
1919	41	3,9
1920	36	3,4
1921	22	2,1
1922	41	3,9
1923	145	13,7
1924	37	3,5
1925	27	2,5
1926	12	1,1
1927	134	12,6
1928	13	1,2
1929	128	12,1
1930	19	1,8
Total	1061	99,9 %

Quadro 2 – Idade dos sócios da CPCI (1916-1930)

Grupo de Idade (anos)	Ocorrências
I (19-25)	18
II (26-35)	234
III (36-45)	305
IV (46-55)	135
V (56-65)	41
Total	743

Quadro 3 – Localidade de origem dos sócios da CPCI (1916-1930)

Localidade de Origem	Ocorrências
Porto	69
Lisboa	50
Vila Real	22
Braga	21
Oliveira de Azeméis	16
Chaves	15
Vila Nova de Gaia	14
Vila da Feira	14
Paredes	12
Guimarães	12
Vila Nova de Famalicão	11
S. João da Madeira	11

Quadro 4 – Origem dos sócios da CPCI (1916-1930)

Distrito/Arquipélago/Colónia	Ocorrências
Porto	157
Braga	93
Aveiro	82
Vila Real	66
Lisboa	55
Viseu	50
Coimbra	32
Guarda	27
Viana do Castelo	21
Bragança	16
Leiria	13
Açores	12
Madeira	7
Faro	6
Beja	4
Santarém	4
Castelo Branco	3
Évora	3
Portalegre	3
Angola	2
Cabo Verde	1
Setúbal	1
Total	658

Quadro 5 – Origem dos sócios da CPCI, por zonas (1916-1930)

ZONA	Distritos	Ocorrências
Norte	Porto, Braga, Vila Real, Viana do Castelo, Bragança	353
Centro	Aveiro, Viseu, Coimbra, Guarda, Leiria, Santarém, Castelo Branco	211
Sul	Faro, Beja, Évora, Portalegre	16

Quadro 6 – Profissão dos sócios da CPCI, (1916-1930)

Profissão dos sócios	Ocorrências
Comerciante	645
Industrial	73
Administrativo	48
Por conta de outrem	29
Director/gerente	27
Liberal	17
Capitalista	9
Comerciante/industrial	9
Agente cultural	4
Agricultor	4
Construtor civil	3
Diplomata	3
Artífice	2
Total	873

Quadro 7 – Grandes áreas sectoriais económicas (1916-1930)

Grande Área	Ocorrências
Comércio Especializado	321
Agências e Representações	120
Comércio de Bens Alimentares	97
Comércio Não Especializado	64
Comércio a Retalho	57
Artes e Ofícios	48
Comércio de Bebidas	35
Actividades Financeiras	29
Indústria de Calçado	23
Indústria de Bens Alimentares	20
Materiais de Construção	17
Indústria de Tecidos, Vestuário e Acessórios	16
Exportação Importação	15
Indústria de Móveis e Utensílios	13
Indústria Metalomecânica	13
Outros – Indústria	13
Indústria de Bebidas	10
Diplomacia	8
Profissões Liberais	8
Indústria Produtos Químicos	7
Indústria Materiais Construção	6
Transportes e Viagens	4
Outros - Comércio	2
Total	946

**Quadros 8 – Grandes áreas sectoriais económicas
(1916-1930)**

Grande área – Comércio	Ocorrências
Comércio Especializado	321
Comércio de Bens Alimentares	97
Comércio Não Especializado	64
Comércio a Retalho	57
Comércio de Bebidas	35
Total (%)	574 (60.7%)

Grande área – Indústria	Ocorrências
Indústria de Calçado	23
Indústria de Bens Alimentares	20
Indústria de Tecidos, Vestuário e Acessórios	16
Indústria de Móveis e Utensílios	13
Indústria Metalomecânica	13
Indústria de Bebidas	10
Indústria Produtos Químicos	7
Indústria Materiais Construção	6
Total (%)	108 (11.4%)